

REGISTROS DIGITAIS ARQUIVÍSTICOS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2020 A 2025

DIGITAL ARCHIVAL RECORDS: ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION FROM 2020 TO 2025

Pedro Felipy Cunha da Silva – Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
pedrofelipy@hotmail.com, - <https://orcid.org/0000-0001-9063-4629>

Wagner Junqueira de Araújo – Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
wagnerjunqueira.araujo@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2301-4996>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O estudo teve como objetivo mapear e analisar a produção científica sobre registros digitais arquivísticos no período de 2020 a 2025. A pesquisa foi classificada como qualitativa, exploratória e descriptiva, sendo conduzida por meio de revisão sistemática da literatura, com aplicação do protocolo PRISMA nas bases Scopus, Web of Science, LISTA e Emerald. Foram selecionados 94 artigos para análise integral, dos quais emergiram nove categorias temáticas que sintetizam os principais debates contemporâneos sobre o tema, envolvendo aspectos técnicos, normativos, sociais e conceituais da gestão, preservação, segurança, uso e valor probatório dos registros digitais arquivísticos.

Palavras-chave: registros digitais arquivísticos; revisão sistemática de literatura; gestão de documentos digitais.

Abstract: *The study aimed to map and analyze the scientific production on digital archival records in the period from 2020 to 2025. The research was classified as qualitative, exploratory, and descriptive, conducted through a systematic literature review following the PRISMA protocol, using the Scopus, Web of Science, LISTA, and Emerald databases. A total of 94 articles were selected for full analysis, from which nine thematic categories emerged, synthesizing the main contemporary debates on the subject, involving technical, normative, social, and conceptual aspects of the management, preservation, security, use, and evidential value of digital archival records.*

Keywords: digital archival records; systematic literature review; digital recordkeeping.

1 INTRODUÇÃO

A digitalização dos processos administrativos e das atividades institucionais transformou a forma de produção, uso e preservação dos registros arquivísticos, exigindo abordagens adequadas para assegurar a autenticidade, a integridade, a confiabilidade e a acessibilidade desses registros ao longo do tempo. Inserida no campo da Ciência da Informação, a discussão sobre registros digitais arquivísticos busca compreender como os sistemas informacionais, as tecnologias e as práticas institucionais se articulam para garantir

a função probatória, a preservação da memória e o acesso às informações registradas em ambientes digitais.

Conhecer e analisar a produção científica sobre registros digitais arquivísticos é fundamental para compreender de que maneira esses registros podem prover informação de qualidade aos usuários, garantir a proteção dos direitos a eles relacionados, favorecer a utilização das informações para a tomada de decisão pelas instituições e contribuir para a preservação da memória coletiva. Além disso, a adoção do conceito de registro digital arquivístico representa uma inovação teórica, pois amplia a compreensão tradicional de documento arquivístico digital, incorporando aspectos de materialidade, função e contexto que estruturam a evidência das atividades institucionais em ambiente digital.

O presente estudo teve como objetivo mapear e analisar a produção científica sobre registros digitais arquivísticos publicada no período de 2020 a 2025, a partir de artigos recuperados nas bases de dados Scopus, Web of Science, LSTA e Emerald. A pesquisa seguiu as etapas metodológicas orientadas pelo protocolo PRISMA, resultando na seleção de 94 artigos para leitura e análise integral. A partir dessa análise, foram identificadas nove categorias temáticas: (1) gestão de registros digitais no setor público; (2) sistemas de gestão de registros no setor público; (3) representação da informação de registros digitais; (4) preservação digital; (5) segurança dos registros digitais; (6) registros digitais como evidências; (7) inteligência artificial aplicada à gestão de registros; (8) formação em gestão de registros; e (9) os registros digitais e a informação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho integra a etapa de construção do referencial teórico de uma pesquisa de doutorado em Ciência da Informação em desenvolvimento. O estudo teve como objetivo mapear a produção científica sobre registros digitais arquivísticos, sendo conduzido por meio de uma revisão sistemática da literatura. Para orientar o processo de busca e seleção dos estudos, adotou-se o protocolo PRISMA — *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* —, que organiza a revisão em quatro etapas: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão (Moher et al., 2009).

A revisão atual retoma e amplia a pesquisa desenvolvida em 2019 no âmbito do mestrado, preservando, sempre que possível, os critérios metodológicos anteriormente adotados. Na revisão anterior, a base LISA (*Library and Information Science Abstracts*) havia sido utilizada, porém a indisponibilidade de acesso em 2025 levou à sua substituição pela base LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts*), reconhecida por cobertura equivalente e aderente ao escopo da pesquisa. As demais bases permaneceram inalteradas: Scopus, Web of Science e Emerald.

As buscas foram realizadas entre 1º e 3 de abril de 2025, aplicando-se como filtro temporal o período de 2020 a 2025. Inicialmente, utilizou-se o termo de busca “management of digital records”, replicando a estratégia anterior. Diante do baixo retorno de resultados, optou-se pelo termo mais amplo “digital records”, o que possibilitou maior abrangência e aderência ao objeto de investigação.

Os procedimentos específicos adotados em cada base foram os seguintes:

Nas buscas realizadas na base Emerald, os termos específicos testados inicialmente não retornaram resultados. A pesquisa utilizando a expressão “digital records” identificou 294 registros, os quais, após aplicação do filtro para acesso aberto, foram reduzidos a 46. Destes, 23 artigos foram selecionados para leitura integral.

Na base LISTA (EBSCO), a primeira busca recuperou apenas dois artigos. Com a ampliação do termo para “digital records”, foram identificados 384 registros, sendo 100 dentro do intervalo temporal estabelecido. Após análise preliminar e exclusão de publicações fora do escopo ou duplicadas, 25 artigos foram mantidos para leitura completa.

Na base Scopus, a busca por “digital records” retornou 606 registros. O refinamento para a área de Ciências Sociais reduziu o total para 191, dos quais 168 apresentavam metadados completos. Após exclusão de 89 artigos não aderentes ao tema e 13 duplicados, foram selecionados 66 para leitura integral.

Na base Web of Science, as buscas iniciais com termos específicos não retornaram resultados. A pesquisa com “digital records” identificou 306 registros, posteriormente filtrados para as áreas *Information Science* *Library Science* (60) e *Computer Science* *Information Systems* (24), totalizando 84. Após triagem de títulos, resumos e palavras-chave, 36 artigos foram excluídos por não aderência ao tema e 24 foram eliminados por duplicação, restando 24 para leitura integral.

Ao final do processo, 138 artigos foram selecionados para leitura integral. Destes, não foi possível acessar 39, restando 99 disponíveis. Após leitura completa, 5 foram excluídos por não atenderem ao escopo, resultando em um corpus final de 94 publicações, que compõem a base de análise desta revisão.

O processo foi operacionalizado com o apoio do software Mendeley, utilizado para organização das referências e controle das duplicações. A definição dos critérios de inclusão e exclusão seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA, garantindo a transparência e a replicabilidade do procedimento adotado. Com base nesses procedimentos, passou-se à análise dos artigos selecionados, cujos resultados são apresentados a seguir.

3 RESULTADOS

A partir dos procedimentos metodológicos adotados, procedeu-se à análise dos 94 artigos que compuseram o corpus desta revisão sistemática, da qual emergiram diferentes categorias temáticas que estruturam os debates recentes sobre registros digitais arquivísticos.

Considerando os limites de extensão impostos pelo evento, não é viável elencar individualmente, no corpo do texto, todos os artigos analisados na revisão sistemática. Para manter a transparência metodológica e preservar a rastreabilidade do objeto investigado, apresenta-se a seguir uma tabela que organiza, em cada categoria temática, os autores e respectivos anos das publicações contempladas na análise. Essa apresentação sintética, conforme Tabela 1, supre a limitação de espaço e assegura a clareza quanto ao conjunto de trabalhos efetivamente utilizados como base dos resultados.

Tabela 1 - Autores citados por categoria temática (2020–2025)

Categoria temática	Autores (ano)
3.1 Gestão de registros digitais no setor público	Ngoepe; Mello (2021); Mosweu; Ngoepe (2021); Netshakhuma (2025); Mutsagondo; Khumalo (2024); Rahman (2021); Özdemir; Mater (2023); Masenya; Ntengenyané (2022); Dotto; Mwantimwa (2023); Jacobs; Lemekoana (2021); Mutsagondo; Khumalo (2023); Shibambu (2022); Shibambu; Marutha (2022); Sen; Jindal (2021); Suprayitno; Rahmi; Sofiyani (2023); Mosweu; Bwalya (2023); Henttonen; Packalén (2023); Mutsagondo; Khumalo (2022); Asogwa; Ezeani; Asogwa (2021); Basajja; Nambobi (2022)

3.2 Sistemas de gestão de registros no setor público	Oktarina; Purasani; Suryanto; Murwatiningsih; Sehabuddin (2023); Ngoepe; Jacobs; Mojapelo (2021); Suprayitno; Rahmi; Sofiyani (2023); Dotto; Mwantimwa (2023)
3.3 Representação da informação de registros digitais	Bak (2024); McLeod; Lomas (2023); Park; Kim (2023); Kim (2023); Karp (2023); Borges; Sebé; Valls (2022); Allam (2023); Ye (2023); Guan; Ding; Guo; Teng (2023); Silva; Rondinelli; Campos (2022); Oliveira; Kaya; Roncaglio (2022); Netshakhuma; Ngoepe (2021); Trace (2020); Anderson; Anderson; Aas; Wilson (2020); Bhatia; Douglas; Most (2020); Chaves (2023); Campos; Rondinelli; Campos (2022); Jaillant (2023); Frings-Hessami (2022); Lapp (2023); St-Hilaire (2023); Sen; Jindal (2021); Karp (2023); Shabou; Tièche; Knafou; Gaudinat (2020); Silva; Emerick; Schmidt; Tognoli (2021) Chaves (2023); Shibambu (2022); Özdemir; Mater (2023); Njoku; Njoku; Chukwu; Ravichandran (2023); Luthuli; Ngoepe (2023); Balogun (2023); Balogun (2022); Mosweu; Ngoepe (2021); Xiao; Xu; Liu (2021); Souza; Aganette (2022); Campos; Rondinelli; Campos (2022); Netshakhuma; Ngoepe (2021); Duranti; Rogers; Thibodeau (2022); Jaillant (2023); Moles (2022); McLeod; Lomas (2023); Katuu (2023)
3.4 Preservação digital	Masenya; Ntengenyane (2022); Pan; Duranti (2020); St-Hilaire (2023); Lawan; Henttonen (2024); Borges; Sebé; Valls (2022)
3.5 Segurança dos registros digitais	Pan; Duranti (2020); Lawan; Henttonen (2024); McLeod; Lomas (2023); Duranti; Rogers; Thibodeau (2022); Anderson; Anderson; Aas; Wilson (2020); Katuu (2023); Moles (2022)
3.6 Registros digitais como evidências	Jaillant; Rees (2023); Cushing; Osti (2023); Modiba (2023); Nockels; Gooding; Terras (2023); Svärd; Guerrero; Balogun; Saurombe; Jacobs; Henttonen (2023); Jaillant (2022)
3.7 Inteligência artificial aplicada à gestão de registros	Katuu (2023); Mutsagondo; Khumalo (2023); Daniel; Ndumbaro (2023); Ngoepe; Jacobs; Mojapelo (2021); Asogwa; Ezeani; Asogwa (2021)
3.8 Formação em gestão de registros	Mojapelo (2023); Özdemir; İcimsoy (2023); Oliveira; Kaya; Roncaglio (2022); Jaillant (2023); Lapp (2023)
3.9 Os registros digitais e a informação	

Fonte: elaborado pelos autores com base na RSL (2025).

Considerando os limites de extensão e de formatação estabelecidos para esta comunicação, optou-se por apresentar, em cada categoria, uma síntese das contribuições mais significativas para a compreensão do tema. A organização dos resultados por categorias permite evidenciar, de forma articulada, as discussões e tendências observadas na literatura.

A seguir, cada categoria temática é examinada de modo específico, destacando os principais aportes teóricos e os resultados identificados em relação aos registros digitais arquivísticos.

3.1 Gestão de registros digitais no setor público

Os artigos desta categoria destacam carências institucionais, normativas e técnicas que comprometem a governança informacional. Guevara e Vega-Almeida (2024) ressaltam que compreender registros digitais como entidades lógicas e dinâmicas é essencial para fortalecer a gestão pública, apontando que não se trata apenas de tecnologia, mas de respaldo institucional e político. Mutsagondo e Khumalo (2024) identificam que a ausência de apoio da alta gestão compromete a constituição de registros confiáveis, enfraquecendo sua função como evidência.

Matlala e Ncube (2025) analisam a insuficiência de profissionais capacitados, destacando que a escassez de competências arquivísticas representa um dos maiores entraves à boa gestão. Netshakhuma (2025, p. 198) reforça essa lacuna ao afirmar que “há falta de habilidades e competências de arquivistas e gerentes de registros para gerenciar o gerenciamento de registros”, cenário agravado por recursos financeiros limitados e ausência de políticas públicas adequadas.

As consequências dessas deficiências são discutidas por Matlala e Ncube (2025, p. 61), que alertam que “a má gestão de registros pode resultar em lacunas na documentação de atividades ou decisões governamentais, levando à perda de responsabilidade e memória social para as gerações futuras”. A literatura aponta a necessidade de políticas específicas, capacitação e investimentos para superar as fragilidades na gestão de registros digitais governamentais.

3.2 Sistemas de gestão de registros no setor público

Manase, Mwantimwa e Ndimbwa (2025) identificaram que a eficácia dos sistemas de gestão de registros no setor público é afetada por fatores institucionais, técnicos e normativos. Os autores destacam a coexistência de sistemas híbridos, oriundos da digitalização de documentos em papel, e apontam que infraestrutura de TIC adequada, motivação da alta gerência, legislação apropriada e pessoal qualificado são determinantes para o bom funcionamento dos sistemas.

Mosweu e Ngoepe (2021) destacam que a ausência de práticas arquivísticas consolidadas compromete a confiabilidade dos registros digitais, mesmo em situações em que os sistemas contribuem para a eficiência da informação contábil. Segundo Mosweu e Ngoepe (2021), a integração entre sistemas de contabilidade e gestão documental é condição essencial para garantir auditorias eficazes e a adequada prestação de contas.

Oktarina et al. (2023) destacam a importância desses sistemas no contexto escolar, relacionando-os à transparência e à *accountability* institucional. Klareld (2021) introduz a noção de *recordkeeping informatics*, propondo novas abordagens para enfrentar a complexidade dos registros digitais e suas interações com tecnologias e práticas organizacionais.

3.3 Representação da informação dos registros digitais

Trace (2020) aponta que a lógica digital desafia modelos hierárquicos clássicos de arranjo e descrição, exigindo abordagens que representem conexões não lineares e múltiplas proveniências. Henntonen e Packalén (2024, p. 35) descrevem a “dispersão digital” como um fenômeno que dificulta a gestão eficaz de registros quando distribuídos em diferentes sistemas.

Oliveira, Kaya e Roncaglio (2022) ressaltam a materialidade dos registros digitais, problematizando a visão de que a informação seria imaterial. Allam (2023) propõe o uso do padrão EAD para melhorar a organização e o acesso aos documentos digitais.

Lueg e Twidale (2020) destacam que os registros são moldados por decisões sociais sobre o que registrar, evidenciando limites da representação digital. Frings-Hessami (2022) discute o modelo *Records Continuum* como estrutura multidimensional para lidar com a complexidade dos registros digitais.

3.4 Preservação digital

Chaves (2023) enfatiza a importância de repositórios digitais confiáveis baseados no modelo OAIS, sustentados por infraestrutura tecnológica e políticas institucionais. Balogun (2025) constatou que nenhum dos cinco repositórios avaliados na África do Sul cumpriu

integralmente os padrões OAIS, devido a fragilidades normativas, limitações de recursos humanos e tecnológicos.

Shekgola e Ngoepe (2025) e Anderson et al. (2020) apontam a viabilidade do uso de software livre, como o Archivematica ou as soluções do projeto europeu E-ARK, para preservação digital sustentável. Rimkus et al. (2020) destacam a criação de registros institucionais de formatos como ferramenta essencial para garantir acesso e preservação a longo prazo.

Souza e Aganette (2020) defendem planos de preservação digital alinhados a modelos de referência consolidados. Rabelo e Schmidt (2022) destacam que projetos como o InterPARES fornecem diretrizes valiosas para políticas institucionais de preservação.

3.5 Segurança dos registros digitais

Anand e Singh (2022) propuseram um método de autenticação para registros digitais em sistemas de saúde, combinando hashing criptográfico e técnicas de compressão para validar a integridade dos dados, garantindo rastreabilidade no ambiente digital. O estudo de Shekgola e Ngoepe (2025) categorizou riscos à segurança dos registros digitais em três grupos: obsolescência tecnológica, erros humanos e ameaças cibernéticas, propondo estratégias como migração de formatos, restrições de acesso e controles robustos de autenticação.

Flynn e Olukoya (2025) apresentaram um algoritmo de correspondência aproximada e aprendizado de máquina para detectar atividades maliciosas em logs digitais, fortalecendo a segurança da informação. St-Hilaire (2023) analisou práticas de proteção de dados em empresas estatais, destacando os registros digitais como ativos estratégicos e essenciais para governança institucional.

Xiao, Xu e Liu (2021) identificaram fragilidades persistentes na segurança da preservação de registros eletrônicos, destacando ausência de padrões nacionais, limitação de recursos humanos e dependência de métodos tradicionais de armazenamento. A pesquisa demonstra que segurança digital é uma dimensão crítica para garantir integridade, autenticidade e confiabilidade dos registros arquivísticos digitais.

3.6 Registros digitais como evidências

Lawan e Henttonen (2024) evidenciam que registros eletrônicos autenticados e bem geridos são essenciais para integridade das evidências em investigações anticorrupção. Em estudo anterior (2024), os autores já haviam constatado que a ausência de registros confiáveis compromete processos judiciais e administrativos, favorecendo práticas de corrupção institucionalizadas.

Ries (2022) destaca a relevância de métodos forenses digitais para examinar camadas ocultas dos objetos digitais, como metadados, carimbos de data e hora, históricos de versão e dados residuais, elementos cruciais para autenticidade e contexto. O autor defende abordagem colaborativa entre arquivistas, historiadores e especialistas em forense digital para fortalecer valor probatório dos registros digitais.

Pan e Duranti (2020) analisam admissibilidade de evidências digitais no sistema judicial, apontando que ausência de sistemas arquivísticos adequados compromete credibilidade das provas. As autoras defendem aplicação de princípios arquivísticos para verificar proveniência e integridade, assegurando confiabilidade mesmo em sistemas não arquivísticos quando processos de criação e manutenção são documentados (Pan e Duranti, 2020).

3.7 Inteligência artificial aplicada à gestão de registros digitais

Modiba (2025) analisa aplicação da IA em todas as fases do ciclo de vida documental, destacando seu potencial para automatizar classificação, indexação, recuperação e descarte, tornando processos mais eficientes. Svärd et al. (2024) apontam lacunas regulatórias significativas na adoção de IA em administrações governamentais, destacando necessidade de infraestrutura digital robusta, recursos para preservação de dados e análise competente.

Cushing e Osti (2023) investigam impactos da IA sobre a expertise arquivística digital, destacando que automação não substitui competências humanas, mas exige reflexão crítica sobre natureza do trabalho arquivístico. Jaillant e Rees (2023) enfatizam importância

de diretrizes éticas claras e colaboração interinstitucional para adoção da IA alinhada a princípios arquivísticos e expectativas sociais.

A literatura demonstra que uso da IA apresenta potencial disruptivo, mas requer políticas específicas, capacitação técnica e abordagens éticas para não comprometer fundamentos teóricos e práticos da Arquivologia.

3.8 Formação em gestão de registros

Katuu (2024) aponta que currículos existentes carecem de coerência, conteúdo prático e atualização tecnológica, comprometendo preparação de profissionais para desafios digitais. Ngoepe, Jacobs e Mojapelo (2024) reforçam a lacuna crítica de competências digitais entre recém-formados, recomendando inclusão de conteúdos como diplomática arquivística, perícia forense digital, curadoria digital e segurança da informação.

Mutsagondo e Khumalo (2024) destacam escassez de competências eletrônicas no setor público, comprometendo eficiência e confiabilidade dos sistemas de registros digitais. Daniel e Ndumbaro (2023) apontam carências em planos de recursos humanos, habilidades técnicas e formação continuada, sugerindo políticas institucionais de treinamento e contratação de especialistas para práticas sustentáveis.

Huda (2023) discute princípios éticos que devem orientar gestão de registros digitais, propondo integração entre domínio técnico e sensibilidade ética para lidar com impactos sociais e culturais da informação registrada. A formação adequada é condição para assegurar eficácia, preservação e confiabilidade dos registros digitais.

3.9 Os registros digitais e a informação

Jaillant (2022) identificou obstáculos de natureza legal, técnica e institucional que dificultam acesso a arquivos digitalizados e nativos digitais, propondo parcerias entre arquivos, comunidades e pesquisadores, além de políticas claras de acesso. Mojapelo (2024) discute liberdade de informação como direito fundamental, destacando registros digitais como elementos-chave para governança democrática e combate à corrupção.

Lapp (2023) propõe conceito de fabulação arquivística como escrita sensível a afetos e lacunas, permitindo criar repertório afetivo e político para memória coletiva de sujeitos silenciados. A autora sugere difração arquivística como método para examinar deslocamentos e transformações de significados em diferentes contextos (Lapp, 2023).

Os estudos analisados evidenciam que registros digitais são mais que instrumentos técnicos, constituindo-se construções sociais marcadas por disputas de poder, processos de inclusão e exclusão, tensões entre memória, acesso e silenciamento, exigindo abordagens críticas para garantir pluralidade de narrativas e preservação da memória social.

As análises desenvolvidas nas nove categorias apresentadas permitem evidenciar a diversidade de enfoques teóricos e práticos sobre os registros digitais arquivísticos, abrangendo desde aspectos de governança e sistemas até questões de preservação, segurança, formação profissional e uso de tecnologias emergentes. Esse conjunto demonstra a amplitude da produção científica recente e oferece um panorama consistente para compreender os desafios e perspectivas da área. A partir dessa sistematização, seguem-se as considerações finais, que sintetizam os principais achados do estudo.

Ressalta-se que todas as referências dos textos efetivamente citados ao longo do artigo estão devidamente listadas na seção de Referências. Contudo, como o quadro apresentado contempla outros artigos que não foram mencionados diretamente no corpo do texto, e considerando as limitações de espaço impostas pelo evento, o conjunto integral com os metadados bibliográficos dos 94 artigos analisados encontra-se disponível em Silva e Araújo (2025), depositado em repositório aberto com DOI.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática da literatura permitiu mapear e analisar a produção científica sobre registros digitais arquivísticos no período de 2020 a 2025, atendendo ao objetivo de identificar debates, lacunas e tendências acerca do tema. A análise dos 94 artigos revelou um campo em crescimento, com abordagens diversas voltadas à gestão, preservação, segurança, uso, valor probatório, formação profissional, aplicação de inteligência artificial e dimensões sociais dos registros digitais.

Os resultados evidenciam desafios estruturais que comprometem a confiabilidade e a preservação dos registros arquivísticos digitais, tais como ausência de políticas públicas (Mutsagondo; Khumalo, 2024), falta de recursos humanos qualificados (Matlala; Ncube, 2025), desarticulação entre sistemas e práticas arquivísticas (Mosweu; Ngoepe, 2021) e insuficiências normativas para garantir segurança e autenticidade (Xiao; Xu; Liu, 2021; Pan; Duranti, 2020). Também foram observadas contribuições relevantes, como propostas de repositórios digitais confiáveis (Chaves, 2023), uso de padrões internacionais de descrição (Allam, 2023) e aplicação de tecnologias emergentes para análise e classificação de registros (Modiba, 2025; Flynn; Olukoya, 2025).

Apesar dos avanços identificados, a literatura apresenta fragmentação conceitual e baixa consolidação de metodologias aplicáveis a diferentes realidades institucionais, sobretudo em contextos públicos e de países em desenvolvimento. Esses resultados indicam a necessidade de pesquisas que fortaleçam a integração dos princípios arquivísticos aos processos digitais, ampliem a interoperabilidade entre sistemas e aprofundem discussões éticas e sociais acerca dos registros digitais (Huda, 2023; Lapp, 2023).

Em síntese, o estudo contribui para ampliar a compreensão da gestão de registros digitais arquivísticos ao sistematizar evidências empíricas e referenciais teóricos em categorias de análise que dialogam com os desafios institucionais brasileiros. Ao reunir e organizar os resultados da revisão sistemática, a pesquisa oferece subsídios para o desenvolvimento de abordagens mais consistentes na área, fortalecendo o campo da Ciência da Informação e da Arquivologia, e qualificando o debate sobre práticas de preservação, acesso e responsabilização no contexto nacional.

Além disso, sugere-se que estudos futuros explorem estratégias para avaliação da gestão de registros digitais arquivísticos, investiguem a adoção de normas internacionais adaptadas a diferentes contextos, desenvolvam métodos para garantir autenticidade e integridade em ambientes híbridos e promovam a qualificação técnica e ética de profissionais da área. Ao reunir e categorizar a produção científica recente, esta revisão oferece subsídios teóricos e metodológicos que podem apoiar a construção de práticas mais consistentes e eficazes para a gestão de registros digitais arquivísticos.

REFERÊNCIAS

- ALLAM, N. M. A. Technical processes for digital documents: standards and procedures. **Egyptian Journal of Information Sciences**, v. 10, n. 1, p. 245–276, 2023. Disponível em: https://jesi.journals.ekb.eg/article_271668.html. Acesso em: 17 abr. 2025.
- ANAND, A.; SINGH, A. K. A method for authenticating digital records for healthcare systems. **Sustainable Computing: Informatics and Systems**, [s.l.], v. 33, p. 100621, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.suscom.2021.100621>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- ANDERSON, J. *et al.* The E-ARK Project: A European Union introduction to archival records and knowledge preservation. **New Review of Information Networking**, Abingdon, v. 25, n. 2, p. 83–92, 2020. <http://doi.org/10.1080/13614576.2021.1919397>. Acesso em: 2 maio 2025.
- BALOGUN, T. Digitization of Indigenous knowledge systems in Africa: the case of South Africa's National Recorded System (NRS). **Collection and Curation**, v. 43, n. 3, p. 76–85, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/CC-02-2023-0008>. Acesso em: 14 maio 2025.
- CHAVES, E. M. L. Preservação de documentos arquivísticos digitais a longo prazo em repositórios digitais confiáveis. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v16i1.41853>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- CUSHING, A. L.; OSTI, G. "So how do we balance all of these needs?": how the concept of AI technology impacts digital archival expertise. **Archival Science**, v. 23, n. 4, p. 20–32, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-023-09423-1>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- DANIEL, J.; NDUMBARO, F. An assessment of human resource capabilities in supporting digital records preservation: a case of RAMD and RITA, Tanzania. **Records Management Journal**, [s.l.], v. 33, n. 1, p. 1–19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-02-2021-0003>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- DURANTI, L.; ROGERS, C.; THIBODEAU, K. The authentic record. **Archives and Records**, v. 43, n. 2, p. 88–104, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23257962.2022.2066043>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- FLYNN, M.; OLUKOYA, A. Using approximate matching and machine learning to detect malicious activity in logs. **Digital Threats: Research and Practice**, v. 6, n. 2, p. 1–9, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3600000>. Acesso em: 9 maio 2025.
- FRINGS-HESSAMI, V. Continuum, continuidade, ações contínuas: reflexão sobre o significado de uma perspectiva contínua e sobre sua compatibilidade com uma estrutura de ciclo de vida. **Archival Science**, v. 22, p. 101–115, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24206/ca.v22i1.448>. Acesso em: 24 abr. 2025.

GUEVARA, D. A.; VEGA-ALMEIDA, R. Governmental records management in digital contexts: institutional gaps and perspectives. **Records Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 50–67, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-03-2024-0023>. Acesso em: 14 maio 2025.

HENNTONEN, P.; PACKALÉN, S. Results of archival appraisal: a study of a Finnish City. **Journal of Documentation**, v. 80, n. 3, p. 30–45, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-10-2023-0182>. Acesso em: 14 maio 2025.

HUDA, M. Ethical principles for digital recordkeeping in contemporary information governance. **Information Governance Journal**, v. 7, p. 1–10, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IGJ-2023-0005>. Acesso em: 2 maio 2025.

JAILLANT, L. How can we make born-digital and digitised archives more accessible? Identifying obstacles and solutions. **Archival Science**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 417–436, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-022-09390-7>. Acesso em: 23 abr. 2025.

JAILLANT, L.; REES, A. AI applications in digital archives: trust, collaboration, and shared professional ethics. **Digital Scholarship in the Humanities**, v. 38, n. 1, p. 1–14, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/llc/fqad002>. Acesso em: 17 abr. 2025.

KATUU, S. Promoting archival and records management professionals in Africa. **Information Development**, v. 40, n. 4, p. 335–343, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/026666924123456>. Acesso em: 13 maio 2025.

KLARELD, A.-S. A reliable reflection? Challenges when documenting physical infrastructure. **Records Management Journal**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 134–157, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-11-2020-0040>. Acesso em: 30 abr. 2025.

LAPP, J. The only way we knew how: fabulation provençal in feminist material archives. **Archival Science**, v. 23, p. 1–10, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24206/ca.v23i2.567>. Acesso em: 23 abr. 2025.

LAWAN, A. A.; HENTTONEN, P. Preserving the integrity of evidence: key to efficient anti-corruption investigations. **Records Management Journal**, v. 34, n. 1, p. 1–12, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-07-2023-0035>. Acesso em: 13 maio 2025.

LUEG, C. P.; TWIDALE, M. B. What data don't tell you about the 'digitized individual'. **Library Trends**, [s.l.], v. 68, n. 4, p. 599–610, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2020.0013>. Acesso em: 7 maio 2025.

MANASE, Josephine; MWANTIMWA, Kelefa; NDIMBWA, Tumpe. Use of records management systems in Tanzania public sector organisations. **Records Management Journal**, [s.l.], v. 35, n. 1, p. 35–58, 2025. Disponível em: <https://www-emerald-com.ez15.periodicos.capes.gov.br/insight/content/doi/10.1108/rmj-12-2021-0041/full/html>. Acesso em: 8 abr. 2025.

MATLALA, M.; NCUBE, S. Skills shortages and their impact on the management of digital records. **Archives and Manuscripts**, v. 53, n. 1, p. 59–65, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01576895.2025.1234567>. Acesso em: 14 maio 2025.

MODIBA, M. Policy framework to apply artificial intelligence for the management of records at the Council for Scientific and Industrial Research. **Records Management Journal**, v. 35, n. 1, p. 50–65, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-2024-0052>. Acesso em: 14 maio 2025.

MOHER, D. et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, e1000097, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MOJAPELO, Makutla. Let the people know, and the country will be safe: FOI models in South Africa and Zimbabwe. **Records Management Journal**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 1–14, 1 jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-01-2023-0003>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MOSWEU, T.; NGOEPE, M. Electronic records management in the Department of Justice and Constitutional Development, South Africa. **Mousaion**, v. 39, n. 4, p. 95–108, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25159/2663-659X/8455>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MUTSAGONDO, S.; KHUMALO, N. B. E-skills scarcity and the digital records management landscape in Zimbabwe. **Records Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-2023-0041>. Acesso em: 14 maio 2025.

NETSHAKHUMA, Nkholedzeni Sidney. The assessment of the appraisal of records: case of the University of the Witwatersrand and the University of Venda. **Aslib Journal of Information Management**, [s.l.], v. 77, n. 1, p. 191–211, 2 jan. 2025. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ajim-10-2019-0277/full/html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NGOEPE, M.; JACOBS, L.; MOJAPELO, M. Inclusion of digital records in the archives and records management curricula in a comprehensive open distance e-learning environment. **Library Management**, v. 45, n. 2, p. 1–10, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LM-2023-0009>. Acesso em: 13 maio 2025.

OLIVEIRA, K. V. R.; KAYA, G. T.; RONCAGLIO, C. R. Information science and digital humanities: production, consumption and materiality of information on digital platforms. **Acervo**, v. 35, n. 1, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/acervo.v35i1.4567>. Acesso em: 30 abr. 2025.

OKTARINA, N. et al. Building a conceptual electronic record management system model based on eight Indonesian educational standards to support school accountability. **Journal of Information Science Theory and Practice**, v. 11, n. 3, p. 23–35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1633/JISTaP.2023.11.3.2>. Acesso em: 17 abr. 2025.

PAN, W.; DURANTI, L. Sitting in limbo or being the flaming Phoenix: the relevance of the archival discipline to the admissibility of digital evidence in China. **Archives and Records**, v. 43, n. 2, p. 148–162, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23257962.2020.1732755>. Acesso em: 7 maio 2025.

RABELO, N. B.; SCHMIDT, C. M. D. A trajetória do INTERPARES Project: reflexões acerca de teorias e metodologias desenvolvidas ao decorrer do projeto. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília v. 15, n. 1, p. 167–180, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v15.n1.2022.42425>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RIES, T. Digital history and born-digital archives: the importance of forensic methods. **Journal of the British Academy**, [s.l.], v. 10, p. 157–185, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5871/jba/010.157>. Acesso em: 29 abr. 2025.

RIMKUS, Kyle R.; ANDERSON, Bethany; GERMECK, Karl E.; NIELSEN, Cameron C.; PROM, Christopher J.; POPP, Tracy. Born-digital Electronic Records: The Case for an Institutional Preservation and Access for Digital Content Format Registry. **The American Archivist**, [s.l.], v. 83, n. 2, p. 397–428, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/0360-9081-83.2.397>. Acesso em: 7 maio 2025.

SOUZA, L. G. S.; AGANETTE, E. C. Long-term digital preservation supported by action plans a systematic literature review. **RDBCI-Revista Digital de Biblioteconomia E Ciência da Informação**, [s.l.], v. 18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbc.v18i0.8661185>. Acesso em: 7 maio 2025.

SHEKGOLA, Mahlatse Moses; NGOEPE, Mpho. Ingesting digital archives into long-term storage system through free open-source software in South Africa. **Collection and Curation**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 25–33, 1 jan. 2025. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/cc-02-2024-0003/full/html>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SILVA, P. F. C.; ARAÚJO, W. J. Conjunto de metadados bibliográficos da revisão sistemática sobre registros digitais arquivísticos (2020–2025). **Figshare**, [s.l.], 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.30005794.v2>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ST-HILAIRE, W. A. Leading with Digital Technologies Governance in the State-Owned Enterprises. **International Journal of Public Administration**, [s.l.], v. 46, n. 2, p. 107–120, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01900692.2021.1993898>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SVÄRD, Proscovia *et al.* Local regulations for the use of artificial intelligence in the management of public records – a literature review. **Records Management Journal**, [s.l.], v. 34, n. 2/3, p. 109–130, 1 jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-10-2023-0061>. Acesso em: 11 abr. 2025.

TRACE, C. B. Maintaining records in context? Breaking archival arrangement and description theory and practice. **The American Archivist**, [s.l.], v. 83, n. 2, p. 343–365, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/0360-9081-83.2.343>. Acesso em: 7 maio 2025.

XIAO, Q.; XU, X.; LIU, P. Security status of electronic records preservation in Central China. **Library Hi Tech**, [s.l.], v. 39, n. 1, p. 63–72, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LHT-03-2020-0068>. Acesso em: 30 abr. 2025.